

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

Superior Tribunal de Justiça

Caderno de Questões

NÍVEL SUPERIOR - DIREITO - DIVERSAS UNIDADES

Data: 20/10/2019

Número de questões: 40 (quarenta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 2h00 min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. O candidato somente poderá levar o caderno de questões da prova objetiva faltando 30 (trinta) minutos para o final da prova.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc), livros, anotações, etc.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
- *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
- *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
- *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
10. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **21/10/2019**.
11. As datas previstas para interposição dos recursos serão de dois dias úteis a contar da divulgação dos gabaritos.
12. Para interpor recurso, o candidato deverá preencher formulário específico, constante no Anexo XII, e enviar mensagem eletrônica para a caixa corporativa euandidato@ciee.org.br, das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia.
13. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
14. Serão elaboradas listas de classificação, divididas por curso, em ordem decrescente de pontos obtidos.
15. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
16. O resultado definitivo será divulgado no dia **26/11/2019**, para os estudantes de nível médio, nível superior, no sítio do CIEE na internet.
17. O processo seletivo terá validade até **31/12/2020**, podendo ser prorrogado a critério do STJ.
18. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
19. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

A educação possível

Educação é algo bem mais amplo do que escola. Começa em casa, onde precisam ser dadas as primeiras informações sobre o mundo (com criança também se conversa!), noções de postura e compostura, respeito, limites. Continua na vida pública, nem sempre um espetáculo muito edificante, na qual vemos artistas fazendo propaganda de bebida num momento em que médicos, pais e responsáveis lutam com a dependência química de milhares de jovens. Quem é público, mesmo que não queira, é modelo: artistas, líderes, autoridades. Não precisa ser hipócrita nem bancar o santarrão, mas precisa ter consciência de que seus atos repercutem, e muito.

Mas vamos à educação nas escolas: o que é educar? Como deveria ser uma boa escola? Como se forma e se mantém um professor eficiente, como se preparam crianças e adolescentes para este mundo competitivo onde todos têm direito de construir sua vida e desenvolver sua personalidade?

É bem mais simples do que todas as teorias confusas e projetos inúteis que nos apresentam. Não sou contra colocarem um computador em cada sala de aula neste reino das utopias, desde que, muito mais e acima disso, saibamos ensinar aos alunos o mais elementar, que independe de computadores: nasce dos professores, seus métodos, sua autoridade, seu entusiasmo e seus objetivos claros. A educação benevolente e frouxa que hoje predomina nas casas e escolas prejudica mais do que uma sala de aula com teto e chão furados e livros aos frangalhos. Estudar não é brincar, é trabalho. Para brincar temos o pátio e o bar da escola, a casa.

Sair do primeiro grau tendo alguma consciência de si, dos outros, da comunidade onde se vive, conseguindo contar, ler, escrever e falar bem (não dá para esquecer isso, gente!) e com naturalidade, para se informar e expor seu pensamento, é um objetivo fantástico. As outras matérias, incluindo as artísticas, só terão valor se o aluno souber raciocinar, avaliar, escolher e se comunicar dentro dos limites de sua idade.

No segundo grau, que encaminha para a universidade ou para algum curso técnico

superior, o leque de conhecimentos deve aumentar. Mas não adianta saber história ou geografia americana, africana ou chinesa sem conhecer bem a nossa, nem falar vários idiomas se nem sequer dominamos o nosso. Quer dizer, não conseguimos nem nos colocar como indivíduos em nosso grupo nem saber o que acontece, nem argumentar, aceitar ou recusar em nosso próprio benefício, realizando todas as coisas que constituem o termo tão em voga e tão mal aplicado: “cidadania”.

O chamado terceiro grau, a universidade, incluindo conhecimentos especializados, tem seu fundamento eficaz nos dois primeiros. Ou tudo acabará no que vemos: universitários que não sabem ler e compreender um texto simples, muito menos escrever de forma coerente. Universitários, portanto, incapazes de ter um pensamento independente e de aprender qualquer matéria, sem sequer saber se conduzir. Profissionais competindo por trabalho, inseguros e atordoados, logo, frustrados.

Em tudo isso, estamos melancolicamente atrasados. Dizem que nossa economia floresce, mas a cultura, senhores, que inclui a educação (ou vice-versa, como queiram...), anda mirrada e murcha. Mais uma vez, corrigir isso pode ser muito simples. Basta vontade real. Infelizmente, isso depende dos políticos, depende dos governos. Depende de cada um de nós, que os escolhemos e sustentamos.

(Lya Luft. Veja, maio de 2007. Com adaptações.)

1. Considerando as ideias presentes no texto, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O sucesso da educação no país depende, acima de tudo, dos políticos.
- (B) O conhecimento do nosso idioma deve prevalecer ao conhecimento de outras línguas.
- (C) As más condições físicas das escolas causam menos mal do que uma educação permissiva.
- (D) A introdução de computadores nas escolas não se trata de fator determinante para o êxito escolar.

2. Considerando o sentido das palavras empregadas no texto, assinale a associação INCORRETA.
- (A) “Mais uma vez, corrigir isso pode ser muito simples.” (7º§) – fácil.
(B) “Não precisa ser hipócrita nem bancar o santarrão, (...)” (1º§) – fingido.
(C) “Profissionais competindo por trabalho, inseguros e atordoados, logo, frustrados.” (7º§) – exauridos.
(D) “A educação benevolente e frouxa que hoje predomina nas casas e escolas prejudica (...)” (3º§) – fraca.
3. Considerando o excerto “Universitários, portanto, incapazes de ter um pensamento independente e de aprender qualquer matéria, sem sequer saber se conduzir.” (6º§), a expressão “portanto” tem valor:
- (A) Dubitável.
(B) Explicativo.
(C) **Conclusivo.**
(D) Equivalente.
4. Levando em consideração o trecho “Não precisa ser hipócrita nem bancar o santarrão, mas precisa ter consciência de que seus atos repercutem, e muito.” (1º§), a expressão destacada pode ser substituída, sem alteração semântica, por:
- (A) Aliás.
(B) Por isso.
(C) Visto que.
(D) **Entretanto.**
5. “Em tudo isso, estamos melancolicamente atrasados.” (7º§) O termo assinalado anteriormente expressa circunstância de:
- (A) **Modo.**
(B) Escolha.
(C) Incerteza.
(D) Regularidade.
6. Em “Como deveria ser uma boa escola?” (2º§), a ação verbal evidencia um fato:
- (A) Recente e atual.
(B) Que acontecerá indubitavelmente.
(C) Ocorrido no passado, mas não consumado.
(D) **Que poderia ter acontecido após uma situação passada.**
7. Em “Educação é algo bem mais amplo do que escola.” (1º§), a ação verbal expressa um fato:
- (A) **Vigente.**
(B) Já concluído.
(C) Improvável ou duvidoso.
(D) A ser realizado em breve.
8. Assinale a afirmativa INADMISSÍVEL em relação à concordância, conforme a norma-padrão da Língua Portuguesa.
- (A) **Anexo, encaminhando as últimas matrículas.**
(B) As teorias educacionais parecem meio confusas.
(C) Pode haver alunos habilidosos que não queiram estudar aqui.
(D) É necessário que tanto a evasão escolar quanto a educação permissiva diminuam no Brasil.
9. Considerando a gramática normativa da Língua Portuguesa, assinale a afirmativa que denota ERRO de grafia.
- (A) Os acertos nas provas foram notáveis.
(B) **Os projetos foram taxados de inúteis e complexos.**
(C) Talvez os alunos queiram aprender outros idiomas.
(D) O jeito é melhorar a educação e manter professores eficientes.
10. Assinale a afirmativa INCORRETA considerando a flexão dos substantivos compostos.
- (A) Beija-flores.
(B) Decretos-lei.
(C) Amores-perfeitos.
(D) **Cidades-satélites.**

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. O princípio da _____ aduz que a atividade a ser exercida pelas pessoas componentes da Administração Indireta deve estar expressamente consignada em lei. Esta atividade será “especializada”, ou seja, restrita ao que lhe foi descentralizado pela Administração Direta.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) ampla defesa
- (B) especialidade**
- (C) autotutela
- (D) regulamentação

12. O princípio do _____ aduz que as entidades da Administração Pública Indireta são controladas pelos entes políticos aos quais se encontram vinculadas. Esse controle costuma ser denominado de “tutela administrativa”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) controle**
- (B) contraditório
- (C) “*fumus boni juris*”
- (D) desvio de poder

13. São pessoas jurídicas de direito privado com patrimônio próprio e exclusivamente público, com criação autorizada pela lei, podendo revestir-se de qualquer umas das formas admitidas em Direito. Tratam-se das

- (A) autarquias fundacionais.
- (B) fundações de direito privado.
- (C) agências executivas.
- (D) empresas públicas.**

14. São pessoas jurídicas de direito privado, com criação autorizada em lei, sob a forma de sociedade anônima, com capital público e privado, cujo controle acionário pertence ao Poder Público. Tratam-se das

- (A) fundações de direito público.
- (B) sociedades de economia mista.**
- (C) agências reguladoras.
- (D) entidades paraestatais.

15. Em consonância com a classificação de agentes públicos apresentada por Bandeira de Mello, são agentes públicos, EXCETO

- (A) prestadores de serviço aos órgãos públicos.**
- (B) agentes políticos.
- (C) servidores públicos.
- (D) particulares em colaboração com o Estado.

16. É a mais simples unidade de poderes e deveres estatais a serem expressos por um agente com vínculo estatutário, ou seja, regido pelo estatuto de pessoal do ente estatal em que o servidor trabalha. Trata-se do(a)

- (A) cargo.**
- (B) emprego público.
- (C) função pública.
- (D) provimento.

17. A teoria do(a) _____ deixou de lado a separação entre atos de império e atos de gestão e passou a responsabilizar o Estado por todos os seus atos que causassem prejuízo a terceiros, desde que seus agentes tivessem agido com dolo ou culpa. Com o passar do tempo, esta teoria foi sendo abandonada, pois era muito difícil para o particular identificar e provar a culpa ou dolo do agente.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) culpa civil**
- (B) irresponsabilidade
- (C) culpa do serviço
- (D) do risco

18. Sobre cargos, correlacione as colunas da tabela abaixo e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Coluna I		Coluna II	
1.	Vitalícios.	a.	Revestem-se de caráter de permanência e correspondem à maioria dos existentes na Administração Pública.
2.	Efetivos.	b.	São os de ocupação transitória, cujos ocupantes são nomeados em razão de relação de confiança entre eles e a autoridade nomeante.
3.	Comissionados.	c.	São os que oferecem maior garantia de permanência a seus ocupantes, que só os perdem, em regra, por meio de processo judicial.

- (A) 1a / 2b / 3c
- (B) 1c / 2b / 3a
- (C) 1c / 2a / 3b
- (D) 1b / 2a / 3c

DIREITO CIVIL

19. É o conjunto de normas sobre normas, isso porque disciplina as próprias normas jurídicas, prescrevendo-lhes a maneira de aplicação e entendimento, predeterminando as fontes e indicando-lhes as dimensões espaço-temporais. Trata(m)-se da(o)(s)

- (A) Fontes do Direito.
- (B) Princípios do Direito Civil.
- (C) Interesses Gerais do Direito Civil.
- (D) **Lei de Introdução ao Código Civil.**

20. São fontes formais do Direito (diretas e imediatas), EXCETO,

- (A) costume.
- (B) **doutrina.**
- (C) lei.
- (D) analogia.

21. Uma vez em vigor, a lei é obrigatória para todos os seus destinatários, sem qualquer distinção, portanto, com a publicação da lei, ninguém se escusa de cumpri-la alegando que não a conhece. Trata-se do princípio da

- (A) continuidade das leis.
- (B) reserva legal.
- (C) **obrigatoriedade das leis.**
- (D) autotutela.

22. É a aptidão para ser sujeito de direitos e obrigações e exercer os atos da vida civil por si e por outrem. Quanto à pessoa natural ou física, o trecho refere-se à

- (A) personalidade.
- (B) integridade física.
- (C) intelectualidade.
- (D) **capacidade.**

23. É o local em que a pessoa permanece, acidentalmente, sem ânimo de ficar. Trata-se do domicílio, na modalidade

- (A) **habitação.**

- (B) residência.
- (C) domicílio.
- (D) ponto de descanso.

24. A presunção de morte simultânea de duas ou mais pessoas denomina-se

- (A) morte natural.
- (B) **comoriência.**
- (C) ausência.
- (D) morte civil.

25. Sobre a classificação dos negócios jurídicos, quanto à manifestação de vontade, é correto afirmar que são

- (A) **unilaterais, bilaterais e plurilaterais.**
- (B) gratuitos e onerosos.
- (C) principais, acessórios e subordinados.
- (D) pessoais e impessoais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. São fundamentos da República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito, EXCETO,

- (A) soberania.
- (B) cidadania.
- (C) dignidade da pessoa humana.
- (D) **independência nacional.**

27. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o

- (A) **Judiciário.**
- (B) Moderador.
- (C) Voto Minerva.
- (D) Conselho Nacional de Justiça.

28. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

- (A) É livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.
- (B) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo e indenização por dano material, apenas.
- (C) **É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.**

(D) É garantido o direito de propriedade, desde que o Estado não tenha interesse no prédio.

29. De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante

- I. plebiscito.
- II. referendo.
- III. iniciativa popular.

É correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

30. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- I. cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- II. incapacidade civil absoluta.
- III. condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

31. De acordo com o artigo 40, § 1º, da Constituição Federal, os servidores abrangidos pelo regime de previdência serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma da lei, compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos _____ anos de idade, ou aos _____ anos de idade, na forma de lei complementar.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- (A) 50 (cinquenta) / 55 (cinquenta e cinco)
- (B) 60 (sessenta) / 65 (sessenta e cinco)

- (C) 70 (setenta) / 75 (setenta e cinco)
- (D) 80 (oitenta) / 85 (oitenta e cinco)

32. São órgãos do Poder Judiciário, segundo a Constituição Federal, EXCETO,

- (A) Juízes Militares.
- (B) Câmara Arbitrária.
- (C) Conselho Nacional de Justiça.
- (D) Juízes dos Estados e do Distrito Federal.

33. Assinale a alternativa que apresenta um princípio institucional do Ministério Público, conforme a Constituição Federal.

- (A) Indivisibilidade.
- (B) Autotutela.
- (C) Poder de Polícia.
- (D) Discricionariedade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

34. Sobre as normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquele que, de qualquer forma, participa do processo deve comportar-se como melhor entender, desde que alcance o direito almejado.
- (B) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- (C) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão sempre favorável ao autor da ação.
- (D) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, visto que compete às partes zelar pelo efetivo contraditório.

35. Para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável, é competente o foro

- I. de domicílio do guardião de filho incapaz.

- II. do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz.
- III. de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) I, II e III.

36. De acordo com o Código de Processo Civil, quando confirmada a denegação ou a revogação da gratuidade, o relator ou o órgão colegiado determinará ao recorrente o recolhimento das custas processuais, no prazo de _____ dias, sob pena de não conhecimento do recurso.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) 5 (cinco)
(B) 8 (oito)
(C) 10 (dez)
(D) 15 (quinze)

37. De acordo com o artigo 104 do Código de Processo Civil, o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente. Portanto, deverá, independentemente de caução, exibir a procuração no prazo de _____ dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) 5 (cinco)
(B) 10 (dez)
(C) 15 (quinze)
(D) 20 (vinte)

38. É um dos atos processuais praticados pelo juiz no processo que, em conformidade com o Código de Processo Civil, decide uma questão incidente sem resolução do mérito, isto é, sem dar uma solução final à lide. O conceito refere-se

- (A) à Sentença.
(B) ao Despacho de Mero Expediente.
(C) à Decisão Interlocutória.
(D) aos atos meramente ordinatórios.

39. Da sentença que ocorrer em conformidade com o artigo 354 do Código de Processo Civil, e que diga respeito a, apenas, parcela do processo, poderá ser impugnável por

- (A) Recurso de Apelação.
(B) Agravo de Instrumento.
(C) Recurso Ordinário.
(D) Recurso Extraordinário.

40. Em consonância com o artigo 352 do Código de Processo Civil, no que diz respeito às alegações do réu, verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a

- (A) 10 (dez) dias.
(B) 15 (quinze) dias.
(C) 20 (vinte) dias.
(D) 30 (trinta) dias.

Boa prova!